



DOSSIÊ



Parlamentares trans no jornalismo independente: análise da cobertura em *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*

Geovane Pereira da Silva, *Universidade Federal do Ceará*
Edgard Patrício, *Universidade Federal do Ceará*

Resumo. A eleição de Erika Hilton (PSOL) e Duda Salabert (PDT), em 2022, ao cargo de deputadas federais, é um marco relevante na política brasileira, considerando a histórica marginalização de mulheres trans no país. Compreendemos o jornalismo como espaço de produção de conhecimento e o gênero, especialmente as transexualidades, como construções sociais. Investigamos conteúdos jornalísticos com perspectiva de gênero sobre as parlamentares, publicados por três veículos jornalísticos independentes: *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*. O objetivo é mapear e discutir os temas associados a Erika Hilton e Duda Salabert nesses veículos. Utilizamos a Análise de Conteúdo para examinar textos que as protagonizam. A análise resultou em três categorias: *Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados*, *Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias* e *Violências Políticas e Discriminatórias*. A cobertura evidencia as parlamentares em sua atuação legislativa, com destaque para pautas de Direitos Humanos e representatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de gênero. Mídia independente. Parlamentares trans.

Apresentação

A presença de pessoas trans na política institucional brasileira tem sido historicamente marcada por uma sub-representação, resultado de múltiplas formas de exclusão social, econômica e simbólica que atravessam essas trajetórias. Até recentemente, a participação de mulheres trans em cargos eletivos, especialmente no âmbito do Legislativo federal, era praticamente inexistente, evidenciando as barreiras estruturais de acesso aos espaços de poder.

Nesse cenário, a eleição das mulheres trans Erika Hilton e Duda Salabert para o Congresso Nacional em 2022 representa um acontecimento político relevante, tanto pelo seu caráter inédito quanto por tensionar padrões historicamente cisnormativos da representação parlamentar. Essas parlamentares, inseridas em um contexto social marcado pela marginalização e exclusão das pessoas trans (Benevides, 2025), trazem uma nova perspectiva para o cenário político do país. A presença delas no parlamento brasileiro é, portanto, não apenas simbólica, mas também uma conquista institucional e social.

Em um estudo anterior (Silva, 2024), analisando qualitativamente textos de portais de notícias com visibilidade nacional (Extra.Globo, CNN Brasil e Notícias UOL), discutiu-se como os discursos jornalísticos representaram o acontecimento da primeira mulher trans e negra a ser eleita deputada federal, Erika Hilton. Como resultados, os discursos jornalísticos foram favoráveis ao acontecimento em questão, pautando a trajetória de vida e ativismo da parlamentar em prol dos Direitos Humanos, atribuindo sentido de relevância.

Para tal, Silva (2024, p. 177) considerou que o discurso jornalístico participa no processo de “conscientização/transformação social, na medida em que apresenta a trajetória de vida de sujeitos minorizados enquanto protagonistas e legítimos ao exercício do poder em instâncias públicas”. Nessa direção, argumenta-se que os discursos jornalísticos são diversos, mas que o aspecto da relevância social constitui os mesmos, na medida em que o jornalismo transforma o acontecimento político em questão de interesse

público, articulando visibilidade, legitimação simbólica e disputas de sentido no espaço democrático.

Neste trabalho, exploram-se os discursos do jornalismo independente sobre as parlamentares aqui citadas. Erika Hilton, eleita pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), representa o estado de São Paulo. Com 256.903 votos, ela ocupa um mandato para o período 2023–2027, sendo a primeira mulher negra e travesti eleita deputada federal no Brasil. Sua atuação na Câmara se destaca pela vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, espaço fundamental para a defesa dos direitos de grupos historicamente vulnerabilizados.

Por sua vez, Duda Salabert, eleita pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) em Minas Gerais com 208.332 votos, também exerce mandato de 2023 a 2027. Ela é a primeira mulher trans eleita deputada federal pelo estado de Minas Gerais e tem participação ativa em diversas comissões importantes, como as de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, além da Comissão de Trabalho.

Dito isto, este artigo parte da compreensão de que o jornalismo não se limita a informar, mas constitui um espaço fundamental para a produção e legitimação de conhecimento (Guerreiro Neto, 2012; Genro Filho, 1987). Dentro dessa perspectiva, abordamos gênero, em especial as transexualidades, como construções sociais (Nascimento, 2023; Bento, 2017; Scott, 1995). Considerando ainda os estudos que discutem a produção jornalística com perspectiva de gênero (Gustafson; Bertasso, 2024; Bertasso; Martins; Costa, 2022), este trabalho busca mapear e discutir como veículos de jornalismo independente — que explicitamente se propõem a tratar de questões de gênero e feminismo — abordam Erika Hilton e Duda Salabert.

Para tanto, foram selecionados três veículos de jornalismo independente: *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*. Estes foram escolhidos por sua produção voltada para temas relacionados à pauta de gênero, feminismo e direitos humanos. A partir da coleta de 54 textos noticiosos que destacam as parlamentares trans, aplicou-se a técnica de Análise de Conteúdo (AC), apropriada de Bardin (2016), com o intuito de identificar e categorizar os principais temas abordados, além de discutir o conteúdo construído em torno dessas mulheres no âmbito político.

Conceitualizações: jornalismo, conteúdo independente e transexualidades

Para compreendermos os sentidos do mapeamento aqui proposto, é preciso trazer à baila alguns conceitos-chave para esta pesquisa: jornalismo, conteúdo independente e transexualidades. Explicamos que a discussão conceitual desses elementos não se direciona ao procedimento de análise, mas se apresenta como apoio (suporte de sentidos) para o material analisado.

Antes do debate conceitual, justificamos o aspecto social do material analisado, considerando que o Brasil segue, pelo 16º ano consecutivo, liderando a posição mundial no assassinato de pessoas trans, conforme afirma o *Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024*, organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) (Benevides, 2025). “A vítima mais jovem tinha apenas 15 anos, e o perfil das vítimas permanece alarmante: majoritariamente jovens trans negras, empobrecidas, nordestinas e assassinadas em espaços públicos, com requintes de crueldade” (Benevides, 2025, p. 9). Esse dossiê utiliza a mídia como sua principal fonte de dados — cerca de 89% — sobretudo peças jornalísticas.

Um dos apontamentos desta edição do dossiê é a redução do desrespeito ao uso do nome social das pessoas trans, mas ressalta que, historicamente, a mídia representa essa população de forma estigmatizada e negativamente estereotipada, relacionando essas pessoas ao perigo e à criminalidade. Benevides (2025, p. 82) destaca que, para transformar a representação midiática das pessoas trans, “é fundamental que a mídia adote uma abordagem mais responsável e ética” na cobertura de temas relacionados à identidade de gênero. Para ela, isso passa pela sensibilização dos profissionais de comunicação para a importância de utilizar “uma linguagem adequada e respeitosa”, que evite estereótipos e reforce a dignidade dessas pessoas. Além disso, Benevides (2025) ressalta que a inclusão de pessoas trans na produção do conteúdo jornalístico é essencial para garantir uma representação mais autêntica e diversa,

contribuindo para a desconstrução das imagens estigmatizadas e negativas historicamente associadas a essa população.

Destaca-se aqui a contribuição deste estudo, que ora apresentamos: explorar o jornalismo independente e sua produção sobre as primeiras deputadas federais trans eleitas no Brasil: Erika Hilton e Duda Salabert. Assim, sinalizamos que estudar a ocupação política de mulheres trans e travestis por meio do jornalismo torna-se relevante para o campo científico. Para além do ineditismo dessas sujeitas — oriundas de um grupo historicamente marginalizado e violentado —, são mulheres que movimentam questões sociais e operam dentro do poder legislativo, tornando-se atrizes sociais no cenário da política brasileira.

Jornalismo e conteúdo independente: modos de produzir conhecimento

Entendemos o jornalismo como espaço de produção social de conhecimento. Genro Filho (1987) teorizou o jornalismo para além da função pragmática de coleta e disseminação de informação, articulando uma perspectiva marxista — materialismo dialético, relações materiais e processo histórico — que tensiona concepções tradicionais, como o funcionalismo norte-americano, a Escola de Frankfurt e o reducionismo ideológico. Ele situa o jornalismo como fenômeno mercador que surge no Brasil na segunda metade do século XX, em consonância com o capitalismo, sistema baseado no acúmulo de capital e universalização de bens.

Para o autor, o jornalismo exerce potencialidades que ultrapassam o mercado ou atividade profissional; é também uma forma social de conhecimento. Antes dos anos 1960, o jornalismo não era um campo autônomo na Comunicação Social, visto principalmente como canal de informação e manipulação, em meio à explosão dos estudos da linguagem e teorias críticas das Ciências Humanas e Sociais. Assim, era concebido abstratamente, no simbólico, sem questionar seu papel na vida social.

Genro Filho (1987) o situa como fenômeno histórico-social concreto, não só como organização formal da linguagem, explícita ou implícita. O jornalismo “reconstitui a singularidade,

simbolicamente...” (p. 54), articulando relações objetivas do evento e significações da mediação. Além disso, comenta que o jornalismo hegemônico serve sobretudo às classes dominantes, sendo herdeiro da burguesia, mas também contraditório e crítico.

Guerreiro Neto (2012) discute o jornalismo como produtor de conhecimento, destacando sua condição de instituição social. Ao articular os conceitos de *habitus* e capital social (Bourdieu) com a sociologia da realidade (Berger e Luckmann), ele o entende como instituição cuja identidade é historicamente construída e socialmente legitimada. Esse processo se consolidou, por exemplo, com o modelo noticioso anglo-americano do século XIX, naturalizando-o como mediador entre sujeito e sociedade. A instituição jornalística “tem sua própria identidade cunhada pelo lugar que ocupa” e se diferencia das microinstituições internas “por pairar sobre os indivíduos [...] como uma espécie de macronível” (p. 12).

Para definir conteúdo independente, recorreremos ao relatório *Desigualdades Sociais e Sustentabilidade de Mídias no Brasil* do InternetLab¹ (Lima et al., 2024), elaborado com mídias negras, indígenas e periféricas. Lima et al. (2024) compreendem mídia independente como construção relacional, cujo significado varia conforme o contexto e a experiência de sujeitos historicamente marginalizados no direito à comunicação. O conceito, delineado a partir da escuta ativa de agentes do ecossistema alternativo, destaca autonomia editorial, financeira e oposição à mídia hegemônica.

Segundo as autoras, a mídia independente “assume diferentes significados conforme o contexto” e representa um distanciamento crítico da mídia “tradicional” (Lima et al., 2024, p. 9). Assim, argumentamos que na mídia independente existem veículos jornalísticos com produções autônomas e distintas da tradicional.

A produção noticiosa independente com perspectiva de gênero/feminismo teve seus primeiros passos no século XX, com a imprensa feminina, que se posicionava contra a opressão,

¹ O InternetLab é um centro independente de pesquisa interdisciplinar que promove o debate acadêmico e a produção de conhecimento nas áreas de direitos humanos e tecnologia. Uma entidade sem fins lucrativos, a organização atua como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, desenvolvendo projetos que abordam os desafios de elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero, raça, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença (Lima et. al., 2024, p. 4).

reivindicando direitos civis e políticos para mulheres (Bertasso; Martins; Costa, 2022). Conforme Bertasso, Martins e Costa (2022), “a partir da década de 1970 a imprensa feminista torna-se mais reivindicatória, devido às desigualdades sociais ampliadas com a Ditadura Militar no país” (p. 3).

Contemporaneamente, na internet, portais feministas continuam a atuar em pautas como descriminalização do aborto, combate à violência sexual, respeito às diferenças raciais e inclusão de mulheres negras, lésbicas, trans e travestis (Gustafson, 2019 apud Bertasso; Martins; Costa, 2022, p. 4). Para essas autoras, o jornalismo independente com perspectiva de gênero/feminismo se caracteriza por tematizar criticamente práticas jornalísticas hegemônicas sobre temas “polêmicos” — aborto, violência de gênero, identidade de gênero — e por autodeclaração de seu posicionamento, explicando sua parcialidade.

Gustafson e Bertasso (2024) discutem o jornalismo independente de gênero a partir de estudo com jornalistas do Portal *Catarinas*, tensionando a objetividade jornalística. Elas compreendem o jornalismo como instituição social que “produz discursos sobre normalidade e diferença, definindo sujeitos normais e distanciados” (p. 172). Para elas, a prática feminista no jornalismo envolve “conexão entre mulheres com diferentes localizações, mas que compartilham proposta transformadora” (p. 193).

Elas explicam a complexidade dessa produção, que se posiciona como feminina e desafia a imparcialidade tradicional, na qual a subjetividade é questionada — mas não negativamente, pois a norma jornalística foi criada por homens. Assim, o jornalismo com perspectiva de gênero não só é questionado, como questiona o jornalismo hegemônico e suas práticas.

Com base em Bertasso, Martins e Costa (2022) e Gustafson e Bertasso (2024), concebemos que veículos independentes com perspectiva de gênero são espaços sociais autônomos de produção de conhecimento (Genro Filho, 1987; Guerreiro Neto, 2012), posicionados frente a problemas políticos e sociais das mulheres, atuando via sua produção noticiosa. Nessa perspectiva, gênero e a categoria social “mulher” são bases orientadoras desse jornalismo. Portanto, questionamos: o que é gênero?

Gênero uma categoria social: autoafirmação para as transexualidades

Existem várias formas de pensar o gênero. Neste estudo, adotamos Scott (1995), que o entende como categoria social e cultural historicamente situada, “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 88). O campo de estudos do gênero surge no movimento feminista, e só no final do século XX ganhou força acadêmica como categoria analítica, ausente em teorias sociais anteriores (Scott, 1995).

Isso ampliou as estruturas e papéis atribuídos a homens e mulheres, revelando que a diferença biológica não explica as desigualdades geradas pela divisão de gênero. Estudos sobre identidade e subjetividade destacam o gênero como categoria não fixa e não biológica, especialmente na política, economia e ciências (Scott, 1995). Segundo Scott (1995, p. 89), o gênero é um “decodificador” para entender interações sociais e tem sido usado para justificar ou criticar relações de poder. Assim, o gênero é também uma categoria política, fundamental para analisar conteúdos jornalísticos sobre parlamentares trans.

Bento (2017) analisa o processo transexualizador no Brasil pela ótica da sociologia, destacando a patologização médica e psicológica das pessoas trans, que sofrem segregação por sua autoidentificação e a não inteligibilidade social de seus corpos sexualizados, que desafiam a lógica heteronormativa. “Agir de acordo com uma mulher/homem é pôr em funcionamento um conjunto de verdades [...] fundamentadas na natureza” (Bento, 2017, p. 89). Para Bento (2017), transexualidades são identidades autoatribuídas que rompem com o gênero biológico e estão sempre em negociação. Contudo, são deslegitimadas, especialmente pelo corpo, e muitos buscam mudanças corporais ou autorização médica para ganhar legitimidade social.

Nascimento (2023) dialoga sobre produção de gênero, transexualidades e travestilidades numa perspectiva histórica e pessoal (travesti negra), articulando transfeminismo e múltiplas feminilidades. Ela afirma: “Nos jogos de gênero, não há gênero original, mas uma incansável produção das diferenças” (Nascimento,

2023, p. 106). Para a autora, travestis e mulheres trans desafiam o CISTema de gênero — ordem heterossexual binária que produz “gêneros originais” (cisgêneros²) e falseia travestilidades e transexualidades. Essa naturalização do gênero implica opressões socialmente inscritas nos corpos (Nascimento, 2023), afetando relações de poder fixadas na heterossexualidade, conforme Bento (2017).

Assim, aproximamos Scott (1995) sobre gênero como forma primária de poder ligada às diferenças corporais iniciais, e tensionamos os argumentos de Nascimento (2023) e Bento (2017) sobre desessencialização e negociação do gênero. Isso implica desnaturalizar a cisgeneridade e reafirmar os aspectos sociais e culturais que constituem transexualidades e gêneros. O falseamento das travestilidades pelo CISTema reafirma as transexualidades como autoafirmação. Concordamos com Nascimento (2023), Bento (2017) e Scott (1995) em que o gênero é polissêmico, em disputa, e organiza a vida social nas esferas política, econômica, cultural e simbólica.

Percurso metodológico-analítico: coleta de dados, categorização e inferências

Análise de Conteúdo: um suporte analítico

A pesquisa adota os procedimentos da Análise de Conteúdo (AC) na perspectiva qualitativa, interpretada em Bardin (2016). Essa abordagem é um suporte analítico para organizar e interpretar dados qualitativos, como textos jornalísticos, útil para o mapeamento temático e categorização dos textos estudados. Bardin (2016) define AC como técnicas de análise das comunicações que abarcam textos, documentos, discursos e imagens, buscando revelar sentidos, estruturas e padrões não evidentes.

A escolha pela AC justifica-se pela necessidade de discutir como as parlamentares trans Erika Hilton e Duda Salabert são apresentadas em veículos independentes com perspectiva de gênero e feminismo. A AC permite explorar nuances e temas recorrentes sem partir de categorias fixas, construindo categorias a partir do

² Cisgênero refere-se as pessoas que se identificam ao gênero atribuído ao seu corpo biológico.

corpus. Esse processo, segundo Bardin (2016), inclui: 1) organização (pré-análise), 2) codificação, 3) categorização e 4) inferência.

Delimitação do *corpus*

Para compor o *corpus*, não definimos recorte temporal ou temático prévio. Realizamos busca exploratória pelos nomes Erika Hilton e Duda Salabert nos buscadores de três veículos independentes de jornalismo com perspectiva feminista ou de gênero: *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número*.

A escolha desses veículos seguiu o mapeamento de Bertasso, Martins e Costa (2022), que levantaram iniciativas jornalísticas feministas no Brasil a partir do Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública (2016), com mais de 150 iniciativas. As autoras definiram “[...] critérios de seleção das que em suas seções ‘sobre’ articulam jornalismo, gênero e/ou feminismo” (Bertasso, Martins e Costa, 2022, p. 6).

Utilizamos esse critério para selecionar os três veículos, descartando *Lado M*, *Think Olga* e *Nós, mulheres da periferia* por limitações técnicas e de volume para o artigo. Na coleta, aplicamos leitura flutuante (Bardin, 2016) nos buscadores dos veículos, considerando apenas textos noticiosos escritos, opinativos ou factuais, em que as parlamentares fossem protagonistas, excluindo menções sem foco ou conteúdos audiovisuais.

Organizamos quadros expositivos com título, autoria, data e tematização dos textos — fase de codificação, Bardin (2016) —, debatendo particularidades desses veículos. Depois, fizemos categorização temática integrada, sem separar por veículo, para identificar recorrências e construir categorias analíticas que orientaram a discussão. Essa metodologia permite compreender sistematicamente como essas parlamentares são significadas pelo jornalismo independente com perspectiva de gênero, respondendo ao objetivo de mapear e discutir os temas relacionados a Erika Hilton e Duda Salabert.

Codificação dos textos noticiosos

A análise de 54 textos jornalísticos pela AC (Bardin, 2016) sistematizou três categorias principais: *Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados*, *Violências Políticas e Discriminatórias* e *Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias*.

A primeira, predominante com 23 textos, destaca o crescimento da presença de mulheres, pessoas negras, trans e LGBTQIAPN+ na política institucional, evidenciando Erika Hilton e Duda Salabert como parlamentares e representantes de lutas históricas por direitos.

A segunda, com 14 textos, foca nas violências estruturais e simbólicas que marcam esses sujeitos políticos, especialmente transfobia e violência de gênero. A terceira, com 17 textos, abrange disputas legislativas sobre temas ditos identitários — aborto, direitos LGBTQIAPN+, gênero e meio ambiente — refletindo o embate entre pautas progressistas e forças conservadoras.

AzMina

Quadro 1: *Corpus* de textos com protagonismo ou referência a Erika Hilton e/ou Duda Salabert no *AzMina*

Nº	Título	Autoria	Data	Tematização
1	Glossário: O que é cis, trans, travestis e outros	Jaqueline de Jesus	14.02.2017	Identidades de gênero
2	Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans do Brasil falam sobre seus mandatos	Amanda Célio	29.01.2019	Representação trans na política

3	Mulheres na política: panorama após eleições de 2018	Fluxa	04.02.2020	Aumento de mulheres na política (2018)
4	Mulheres negras hackeiam a política	Letícia Ferreira	22.07.2020	Organização de mulheres negras na política institucional
5	“Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral	Jamile Santana	05.11.2020	Violência de gênero contra mulheres na política
6	Candidatas das periferias de SP sofrem ataques virtuais e intimidação durante disputa eleitoral	Ana Beatriz Felicio, da Agência Mural	13.11.2020	Violência de gênero contra mulheres na política
7	Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes	Lu Belin	19.10.2022	Transfobia
8	“Não revolucionaremos o mundo se só as mulheres lutarem, se só os negros lutarem”	Natália Sousa	09.03.2023	Feminismos
9	Sem travestis e mulheres transexuais, não há projeto democrático	Maria Clara Araújo dos Passos	13.03.2023	Feminismos
10	O que o Congresso Nacional pensa sobre aborto?	Janaína Camelo	29.06.2023	Legislar sobre aborto

11	Emergência climática: como estão mulheres desabrigadas no Rio Grande do Sul	Emilene Lopes	07.06.2024	Legislar sobre emergência climática
12	Novo Elas no Congresso mostra agenda feminina escanteada no Legislativo	Lu Belin	19.06.2024	Legislar sobre questões de gênero
13	Direitos LGBTQIAPN+ sob ataque no Congresso Nacional	Lu Belin	24.06.2024	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
14	MonitorA expõe misoginia e transfobia contra candidatas em 2024	Gabi Coelho	13.09.2024	Transfobia
15	A agenda trans elege, seja pelo apoio ou rejeição	Caê Vasconcelos	11.11.2024	Aumento de pessoas trans na política (2024)
16	Erika Hilton: uma travesti com nome e sobrenome na política	Ana Flor	16.11.2024	Representação trans na política institucional
17	Neste Dia da Visibilidade Trans, precisamos eliminar a transfobia	Caê Vasconcelos	29.01.2025	Representação trans na política institucional
18	Big techs e a política do ódio: o apagamento digital da população LGBTQIAPN+	Fernanda Martins	12.05.2025	Transfobia

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

Foram mapeados 18 textos no veículo *AzMina*, majoritariamente produzidos por mulheres em suas diversidades de gênero e raça, com exceção dos textos de Caê Vasconcelos, homem trans. A identificação autoral se deu por fotos e descrições, permitindo uma leitura interseccional da autoria. Identificamos que o primeiro texto sobre pessoas trans foi escrito por Jaqueline de Jesus, travesti negra, psicóloga, professora universitária e uma das ativistas pioneira na luta relacionada as transexualidades.

Essa configuração dialoga com o jornalismo feminista, que valoriza conexões entre mulheres com diferentes experiências, ligadas a um compromisso comum de transformação social (Bertasso, Martins; Costa, 2022; Gustafson; Bertasso, 2024). A produção é nitidamente pensada por e para mulheres, com foco em violência de gênero, feminismos e atuação política feminina, usando formatos como notícia, entrevista e opinião. Além de coberturas eleitorais e debates nacionais, *AzMina* apresenta denúncias das violências enfrentadas pelas parlamentares.

Os textos assumem posicionamento favorável, mantendo estrutura próxima ao jornalismo tradicional, mas revelam subjetividade nas narrativas, especialmente nos escritos por mulheres, pessoas trans e negras. Essa subjetividade se revela, por exemplo, no Texto 7, ao abordar a transfobia nas redes sociais durante o período eleitoral, articulando dados do levantamento MonitorA e iniciando com uma advertência ao público — “Atenção: A reportagem abaixo mostra trechos explícitos de conteúdo misógino e transfóbico” —, que funciona como marcador de posicionamento ético e político. No parágrafo seguinte, a narrativa enfatiza que “o debate político que candidatas trans e travestis tentaram travar nas redes sociais [...] acabou sequestrado por conflitos ideológico-partidários, violência política, debates sobre segurança pública e disputas sobre representatividade de grupos historicamente minorizados”, combinando denúncia e análise.

Outro marcador claro surge no Texto 8, em uma entrevista conduzida por Natália Sousa, jornalista negra, que utiliza pronomes de inclusão como “nós” e “nossos” ao questionar Erika Hilton: “Esse foi o primeiro Dia Internacional da Mulher depois de um governo que atacou os nossos direitos. Como foi para você ser mulher nos últimos quatro anos?”.

Já no Texto 9, de autoria de Maria Clara Araújo dos Passos, travesti negra e mestranda em Sociologia da Educação, a subjetividade se evidencia em um artigo de opinião intitulado “Sem travestis e mulheres transexuais, não há projeto democrático”, no qual, além de Erika Hilton e Duda Salabert, são destacadas figuras como Erica Malunguinho e Robeyoncé Lima, ampliando a visibilidade de outras lideranças trans na política e reforçando a centralidade dessa pauta. Para evitar repetições nas análises, antecipamos que esse aspecto de subjetividade na escrita também está presente nos demais veículos jornalísticos aqui estudados.

Não objetivamos quantificar a presença das parlamentares, mas observamos que Erika Hilton tem maior destaque entre 2017 e 2025, e Duda Salabert, a partir de 2022, quando ambas foram eleitas. Destaca-se ainda a produção de pesquisas e monitoramentos de violências de gênero em parceria com InternetLab e Núcleo Jornalismo. Em 2020, Erika Hilton foi a 3ª candidata mais atacada, com transfobia e racismo (*AzMina*, 05.11.2020). Em 2024, Duda Salabert sofreu ataques transfóbicos na Band em Belo Horizonte, com 84,6% dos comentários relacionados à sua identidade (*AzMina*, 13.09.2024). Assim, *AzMina* não só produz textos, mas gera dados para evidenciar violências de gênero, sobretudo transfobia.

Catarinas

Quadro 2: *Corpus* de textos com protagonismo ou referência a Erika Hilton e/ou Duda Salabert no *Catarinas*

Nº	Título	Autoria	Data	Tematização
19	Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal em 2020	Morgani Guzzo	18.11.2020	Representação trans na política institucional
20	Mordidas, golpes e xingamentos: a violência	Redação	04.12.2020	Transfobia

	política contra pessoas LGBTIs nas eleições			
21	Elas nos inspiraram em 2020	Redação	01.01.2021	Organização de mulheres na política institucional
22	Dia da Visibilidade Trans: protagonismo transgênero é destaque em evento online	Juliana Rabelo	28.01.2021	Representação trans na política institucional/ Transfobia
23	Linha do tempo traça conquistas de gênero e raça na política	Redação	06.10.2021	Organização de mulheres na política institucional
24	Livro narra a realidade de pessoas trans no mercado de trabalho	Daniela Valenga	18.01.2022	Representação trans na política institucional
25	“Nós existimos e somos importantes”, enfatiza Keila Simpson, presidenta da Antra	Kelly Ribeiro	27.01.2023	Representação trans na política institucional
26	Ministra negra no STF, demanda justa e democrática	Joanna Burigo e Izabel Belloc	11.10.2023	Organização de mulheres na política institucional
27	Elas nos inspiraram em 2023	Redação	22.12.2023	Organização de mulheres na política institucional
28	Primeira ‘Marsha’ Trans Nacional tem como	Redação	29.01.2024	Representação trans na política institucional

	madrinhas Erika Hilton e Duda Salabert			
29	Xica Manicongo e a Inquisição que parece não ter fim	Bruna G. Benevides	10.04.2024	Transfobia
30	Políticas do Cuidado somam mais de 120 propostas no Congresso	Daniela Valenga	30.04.2024	Legislar sobre questões de gênero
31	Cresce mobilização contra projeto que criminaliza aborto legal	Kelly Ribeiro	11.06.2024	Legislar sobre aborto
32	Erika Hilton é relatora do PL do casamento homoafetivo na Comissão de Direitos Humanos	Redação	17.08.2024	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
33	Elaine Sallas pelo direito à cidade de Florianópolis	Redação	04.10.2024	Representação trans na política institucional
34	Relatora da ONU defende práticas de reorientação sexual e de gênero	Bruna G. Benevides	09.10.2024	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
35	Elas nos inspiraram em 2024	Redação	20.12.2024	Organização de mulheres na política institucional
36	Criança não é mãe: campanha avança no Congresso pelo fim da maternidade infantil	Kelly Ribeiro	29.05.2025	Legislar sobre aborto

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

No Portal *Catarinas*, foram identificados 18 textos jornalísticos, todos produzidos por mulheres em suas diversidades de gênero e etnia, conforme indicado pelos perfis visuais e descrições das autoras, como no caso de Bruna Benevides (Textos 29 e 34), presidenta da Antra. Essa configuração reafirma a perspectiva de gênero e feminista do veículo, evidenciada nos textos que abordam principalmente a atuação política das mulheres — tanto no ativismo quanto no espaço institucional — e pautas relacionadas à comunidade LGBTQIAP+ e ao aborto.

Esses textos utilizam formatos jornalísticos como notícia, entrevista e opinião de maneira convergente. O conteúdo do Portal *Catarinas*, para além de realizar coberturas das parlamentares em processos eleitorais e nos debates de repercussão nacional, apresenta uma estruturação de uma narrativa jornalística voltada para a institucionalização (semelhante à mídia tradicional) das mulheres na política, especialmente sobre os temas veiculados a Erika Hilton e Duda Salabert, as quais são mais noticiadas pelo trabalho parlamentar em prol das mulheres e da sociedade brasileira, legitimando-as como figuras femininas de relevância na política nacional. Mesmo assim, os textos abordam a identidade de gênero das parlamentares e a transfobia em suas pautas.

Assim, essa produção jornalística não se isenta de um posicionamento, evidenciando uma postura favorável às parlamentares. Embora não se busque quantificar ou comparar, observa-se maior destaque para Erika Hilton no Portal *Catarinas*. Embora ambas as parlamentares apareçam juntas no veículo, no texto *Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal*, em 2020, publicação mais antiga disponível no veículo (18.11.2020). É perceptível, pelo recorte exploratório de cinco anos de textos, que Duda Salabert não aparece individualmente, e a presença da atuação política de Erika se torna mais recorrente, seja em debates públicos ou referências a sua trajetória.

Gênero e Número

Quadro 3: *Corpus* de textos com protagonismo ou referência a Erika Hilton e/ou Duda Salabert no *Gênero e Número*

Nº	Título	Autoria	Data	Tematização
37	Em Pernambuco e em São Paulo, mandatos coletivos vencem e mulheres trans chegam às Assembleias	Maria Martha Bruno	08.10.2018	Representação trans na política institucional
38	Negros serão 44% dos vereadores nas capitais brasileiras em 2021	Redação	16.11.2020	Aumento de pessoas negras na política (2021)
39	Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016	Vitória Régia da Silva	19.11.2020	Aumento de pessoas trans na política (2020)
40	Na reta final do primeiro turno das eleições, mulheres foram vítimas de violência política a cada dois dias	Vitória Régia da Silva	24.11.2020	Transfobia
41	Na primeira eleição municipal após assassinato de Marielle, mulheres negras eleitas são alvos de discurso de ódio e ameaças	Vitória Régia da Silva	10.12.2020	Violência de gênero
42	Cirurgias do processo transexualizador caem 70% em 2020 e denúncias de “esvaziamento” na saúde revelam risco para população trans	Vitória Régia da Silva	29.01.2021	Legislar sobre questões da comunidade LGBTQIAPN+
43	Pioneirismo, enfrentamento e violência: os primeiros seis meses das vereadoras trans	Vitória Régia da Silva	28.06.2021	Representação trans na política institucional/ Transfobia

44	Frente Nacional TransPolítica busca garantir a permanência de pessoas trans na política	Vitória Régia da Silva	28.06.2021	Representação de pessoas trans na política institucional
45	Mais mulheres, mais negros, menos avanço	Redação	04.10.2022	Aumento de pessoas negras na política (2022)
46	Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+	Vitória Régia da Silva	13.10.2022	Aumento de pessoas LGBTQIAP+ na política (2022)
47	O Brasil sobe a rampa do Planalto	Maria Martha Bruno	02.01.2023	Feminismos
48	“Nossos corpos são pedagógicos”, Maria Clara Araújo, autora de Pedagogias das Travestilidades	Vitória Régia da Silva	20.03.2023	Representação trans na política institucional
49	Projetos de lei buscam cotas para pessoas trans no mercado de trabalho	Schirlei Alves e Marcella Semente	19.06.2023	Legislar sobre questões da comunidade trans
50	PSOL é o partido com mais projetos de lei pró-LGBTQIA+	Camilla Figueiredo, Lívia Batista e Paulo Malvezzl, em parceria com Agência Pública	06.07.2023	Política Partidária e comunidade LGBTQIAP+
51	72% das pessoas trans assassinadas em 2023 eram negras	Redação	29.01.2024	Transfobia

52	Mulheres negras frente à crise climática	Movimento Mulheres Negras Decidem.por Camila Coelho, Karoline Marques, Juliana Coutinho, Valdenia Menegon, Vanessa Ramos e Tainah Pereira	28.06.2024	Legislar sobre emergência climática
53	Reféns do factual: quando a mídia vai pautar a urgência da segurança de pessoas trans e travestis?	Lia Soares	28.04.2025	Transfobia
54	Nem todo close é voto – mas todo orgulho é político	Roberta Garcia	27.07.2025	Aumento de pessoas LGBTQIAP+ na política

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

Ao final do mapeamento, identificamos 18 textos sobre Erika Hilton e Duda Salabert em cada um dos três veículos analisados. Esse número está relacionado, em certa medida, aos critérios explicitados anteriormente, que orientaram a constituição do *corpus*. Contudo, o resultado também pode sugerir uma padronização editorial que transforma as parlamentares em uma “agenda fixa” do jornalismo independente com perspectiva de gênero e/ou feminismo, evidenciando a centralidade de suas pautas nesses veículos.

No caso da *Gênero e Número*, quase todo o material foi produzido — exceto o Texto 50 em coautoria com Paulo Malvezzi — por mulheres em suas diversidades de gênero e etnia, identificado

por fotos e mini-bios. Essa configuração reforça uma produção jornalística feita por e para mulheres, alinhada a narrativas situadas e comprometidas com a transformação social.

O conteúdo concentra-se em duas pautas principais: a luta da comunidade LGBTQIAP+ e a presença de pessoas negras na política, abordadas de forma transversal à atuação das parlamentares. Parte das matérias sobre Erika Hilton articula sua presença política a partir da interseção entre raça e gênero, evidenciando enquadramento interseccional. Duda Salabert (mulher trans branca) também aparece em textos sobre mulheres negras, reforçando a intersecção entre raça e gênero na política. Apesar da exposição da transfobia sofrida, os textos focam sobretudo na trajetória e atuação política dessas mulheres frente a questões sociais.

Em termos de formato, a *Gênero e Número* divide-se em textos opinativos e factuais, majoritariamente reportagens, entrevistas e artigos de opinião, com títulos longos e detalhamento dos fatos. Além de cobrir as parlamentares, o veículo atua como testemunha comprometida com o registro, revelando posicionamento favorável e ativismo alinhado à perspectiva de gênero.

Categorização do material codificado

Quadro 4: Categorias formuladas a partir dos textos de mídias independentes com perspectiva de gênero sobre o protagonismo ou referência da Erika Hilton e/ou Duda Salabert

Categoria	Descrição	Aplicação da categoria por texto
Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados	Esta categoria abrange os textos que tratam do crescimento da participação política de mulheres, pessoas negras, pessoas trans e da comunidade LGBTQIAPN+, especialmente em espaços institucionais.	2, 3, 4, 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 35, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48 e 54.
		Total: 23 textos

Violências Políticas e Discriminatórias	Reúne textos que tratam de violências simbólicas, estruturais e físicas enfrentadas por grupos vulnerabilizados na política, especialmente transfobia e violência de gênero.	1, 5, 6, 7, 14, 18, 20, 22, 29, 40, 41, 43, 51 e 53.
		Total: 14 textos
Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias	Contempla os textos que abordam a atuação legislativa e política em torno de temas identitários, incluindo aborto, direitos LGBTQIAPN+, gênero e questões climáticas.	8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 30, 31, 32, 34, 36, 42, 47, 49, 50 e 52.
		Total: 17 textos

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

A análise da categorização dos 54 textos coletados nos veículos jornalísticos independentes revela uma distribuição diferenciada entre as três categorias: *Representatividade e Participação Política de Grupos Minorizados*, com 23 textos; *Disputas Legislativas e Agendas Políticas Identitárias*, com 17 textos; e *Violências Políticas e Discriminatórias*, com 14 textos.

Essa diferenciação numérica não apenas aponta para a ênfase editorial dada à representatividade das mulheres trans na política institucional, mas também para o modo como o jornalismo independente com perspectiva de gênero articula narrativas que valorizam a ocupação desses espaços como forma de resistência e transformação social.

Sob essa ótica, a categoria de representatividade funciona como um vetor que legitima o protagonismo político de Erika Hilton e Duda Salabert, evidenciando a importância da presença de grupos historicamente marginalizados, especialmente negros, mulheres trans e LGBTQIAPN+, nos espaços de poder. Tal inferência dialoga diretamente com o entendimento de Scott (1995), Bento (2017) e Nascimento (2023), que destacam o gênero como categoria social e política em constante disputa e produção, especialmente no que tange às identidades trans e travestis, que desafiam e reconstroem as normas do CISTema de gênero.

Do ponto de vista da construção do conhecimento jornalístico, conforme destacado por Genro Filho (1987) e Guerreiro Neto (2012),

esses textos transcendem a mera função informativa e passam a atuar como espaços de legitimação e disputa simbólica, produzindo sentidos sobre a participação política das parlamentares trans. O jornalismo independente, ao explicitar seu posicionamento de gênero e feminista (Bertasso; Martins; Costa, 2022; Gustafson; Bertasso, 2024), reconhece a importância de expressar subjetividades que rompem com a suposta neutralidade da prática jornalística hegemônica, que historicamente marginalizou e estigmatizou as pessoas trans (Benevides, 2025). Isso é visível, por exemplo, na categoria *Violências Políticas e Discriminatórias*, que traz à tona as experiências de transfobia, racismo e outras violências estruturais, reafirmando o papel do jornalismo como instrumento de denúncia e conscientização social.

Finalmente, a subjetividade explícita nos textos, tanto na identificação da raça e gênero das jornalistas, quanto nas escolhas discursivas que expressam admiração e conexão com as parlamentares, reforça a dimensão política e afetiva da produção jornalística aqui analisada. Conforme apontam Gustafson e Bertasso (2024), essa prática feminista no jornalismo cria uma rede de relações entre mulheres que compartilham objetivos transformadores, desafiando as normativas tradicionais da objetividade jornalística e promovendo narrativas que valorizam a pluralidade das identidades de gênero. Assim, a interseção entre jornalismo independente, perspectiva de gênero e as transexualidades não apenas produz conhecimento, mas também contribui para a visibilidade e a luta política das mulheres trans, reafirmando a relevância social e simbólica da presença de Erika Hilton e Duda Salabert no Congresso Nacional.

Considerações

A análise indica que os veículos independentes *AzMina*, *Catarinas* e *Gênero e Número* desempenham papel central na construção de uma narrativa política contra-hegemônica ao destacar a atuação de mulheres trans, negras e LGBTQIAP+ na política, com foco em Erika Hilton e Duda Salabert. Eles articulam jornalismo, ativismo e

disputas simbólicas, estruturados em três eixos: representatividade, violências políticas e disputas legislativas.

O gênero enquanto categorial social emerge como forma fundamental de produção noticiosa, orientada pelo debate sobre relações de poder, com textos que ressignificam gêneros jornalísticos tradicionais a partir de uma perspectiva subjetiva e interseccional, rejeitando a neutralidade jornalística. Assim, constroem um espaço simbólico de legitimação para as parlamentares, dialogando com discussões teóricas sobre o jornalismo independente de perspectiva de gênero.

Entretanto, a visibilidade estratégica dessas atrizes sociais — Erika Hilton e Duda Salabert — levanta críticas: há risco de reduzir movimentos sociais complexos a símbolos únicos da resistência. A predominância de Erika Hilton evidencia como critérios midiáticos de capital simbólico ainda operam, mesmo em veículos independentes, e as soluções permanecem majoritariamente na denúncia, com pouca problematização estrutural.

Cada veículo cumpre função complementar: *AzMina* denuncia e produz dados sobre violência de gênero; *Catarinas* institucionaliza narrativas feministas no jornalismo político; e *Gênero e Número* registra experiências políticas marginalizadas.

Por fim, é essencial manter um olhar crítico sobre como a representatividade é construída, revelando um conflito entre a lógica hegemônica — que demanda atrizes sociais identificáveis — e a lógica dos movimentos sociais, que valoriza processos coletivos. O jornalismo independente com perspectiva de gênero se configura como mediador simbólico, reformulando seus métodos para não reproduzir, mesmo que invertido, a lógica do jornalismo tradicional que busca desafiar.

Referências:

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reta & A. Pinheiro, Trads.; 1ª ed., 3ª reimp.). São Paulo: Edições 70.

Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.

Bento, B. (2017). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (3ª ed.). Salvador, BA: Editora Devires.

Bertasso, D., Martins, A. B. Q., & Costa, V. (2022). Sentidos sobre práticas e fundamentos jornalísticos no jornalismo com perspectiva de gênero. *Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*.

<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/sentidos-sobre-praticas-e-fundamentos-jornalisticos-no-jornalismo-com-perspectiv?lang=pt-br>

Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Guerreiro Neto, G. (2012). O jornalismo como instituição social. Trabalho apresentado no XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1793-1.pdf>

Gustafson, J., & Bertasso, D. (2024). Objetividade jornalística e perspectiva de gênero: tensões e deslocamentos. *Revista Matrizes*, 18(1). <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/202985>

Lima, S. (Coord.), Brito Cruz, F., Borges, E., Houang, A., Pavarin, V., & Cintra, A. (2024). *Desigualdades sociais e sustentabilidade de mídias no Brasil*. São Paulo: InternetLab.

Nascimento, L. C. P. (2023). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trans.). *Educação & Realidade*, 20(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Silva, G. P. (2024). Mulher trans negra, política e discurso jornalístico: uma análise dos discursos sobre Erika Hilton. *Caminhos Em Linguística Aplicada*, 30(4), 158–179. <https://doi.org/10.69609/2176-8625.2024.v30.n4.a3762>

Textos noticiosos;

Belin, Lu. Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes. AzMina, 19 out. 2022. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/transfobia-e-violencia-debate-sobre-candidatas-trans-e-travestis-nas-redes-sociais/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Belin, Lu. Novo Elas no Congresso mostra agenda feminina escanteada no Legislativo. AzMina, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/elas-no-congresso-pauta-feminina-no-congresso-nacional/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Benevides, Bruna G. Xica Manicongo e a Inquisição que parece não ter fim. Portal Catarinas, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/xica-manicongo-e-a-inquisicao-que-parece-nao-ter-fim/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Benevides, Bruna G. Relatora da ONU defende práticas de reorientação sexual e de gênero. Portal Catarinas, 9 out. 2024. Disponível em:

<https://catarinas.info/colunas/relatora-da-onu-defende-praticas-de-reorientacao-sexual-e-de-genero/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Bruno, Maria Martha. Negros serão 44% dos vereadores nas capitais brasileiras em 2021. Gênero e Número, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/negros-44-capitais-brasileiras/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Bruno, Maria Martha. O Brasil sobe a rampa do Planalto. Gênero e Número, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/lula-rampa-planalto-diversidade/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Burigo, Joanna. Ministra negra no STF, demanda justa e democrática. Portal Catarinas, 11 out. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/ministra-negra-no-stf-demanda-justa-e-democratica/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Camelo, Janaína. O que o Congresso Nacional pensa sobre aborto? AzMina, 29 set. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-que-pensa-o-congresso-nacional-sobre-aborto/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Célio, Amanda. Na política pelo direito de viver: primeiras deputadas trans do Brasil falam sobre seus mandatos. AzMina, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-politica-pelo-direito-de-viver-primeiras-deputadas-trans-do-brasil-falam-sobre-seus-mandatos/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Coelho, Gabi. MonitorA expõe misoginia e transfobia contra candidatas em 2024. AzMina, 13 set. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/monitora-expoe-misoginia-e-transfobia-contra-candidatas-em-2024/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Felicio, Ana Beatriz. Candidatas das periferias de SP sofrem ataques virtuais e intimidação durante disputa eleitoral. AzMina, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/candidatas-das-periferias-de-sp-sofrem-ataques-virtuais-e-intimidacao-durante-disputa-eleitoral/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Ferreira, Letícia. Mulheres negras hackeiam a política. AzMina, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-hackeiam-a-politica/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Flor, Ana. Erika Hilton: uma travesti com nome e sobrenome na política. AzMina, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/erika-hilton-uma-travesti-com-nome-e-sobrenome-na-politica/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Fluxa. Mulheres na política: panorama após eleições de 2018. AzMina, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-na-politica-panorama-apos-eleicoes-de-2018/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Garcia, Roberta. Nem todo close é voto – mas todo orgulho é político. Gênero e Número, 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/novos-eleitos-camara-diversidade/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Gênero e Número. Em Pernambuco e em São Paulo, mandatos coletivos vencem e mulheres trans chegam às Assembleias. Gênero e Número, 26 jul. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/em-pernambuco-e-em-sao-paulo-transexuais-chegam-as-assembleias-em-mandatos-coletivos/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Guzzo, Morgani. Mais mulheres feministas ocupam vagas no legislativo municipal em 2020. Portal Catarinas, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mais-mulheres-feministas-ocupam-vagas-no-legislativo-municipal-em-2020/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Jesus, Jaqueline. Glossário: o que é cis, trans, travestis e outros. AzMina, 17 fev. 2014. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/bem-vinda-qual-o-seu-genero/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Lopes, Emilene. Emergência climática: como estão mulheres desabrigadas no Rio Grande do Sul. AzMina, 7 jul. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/emergencia-climatica-como-estao-as-mulheres-desabrigadas/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Martins, Fernanda. Big techs e a política do ódio: o apagamento digital da população LGBTQIAPN+. AzMina, 12 maio 2025. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/big-techs-e-a-politica-do-odio-o-apagamento-digital-da-populacao-lgbtqiapn/> . Acesso em: 24 jul. 2025.

Passos, Maria Clara Araújo. Sem travestis e mulheres transexuais, não há projeto democrático. AzMina, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/sem-travestis-e-mulheres-trans-nao-ha-projeto-democratico/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Rabelo, Juliana. Dia da Visibilidade Trans: protagonismo transgênero é destaque em evento online. Portal Catarinas, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/dia-da-visibilidade-trans-protagonismo-trans-genero-e-destaque-em-evento-online/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Mordidas, golpes e xingamentos: a violência política contra pessoas LGBTIs nas eleições. Portal Catarinas, 4 dez. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/mordidas-golpes-e-xingamentos-a-violencia-politica-contr-pessoas-lgbtis-nas-eleicoes/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Elas nos inspiraram em 2020. Portal Catarinas, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/elas-nos-inspiraram-em-2020/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Linha do tempo traça conquistas de gênero e raça na política. Portal Catarinas, 6 out. 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/linha-do-tempo-traca-conquistas-de-genero-e-raça-na-politica/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Elas nos inspiraram em 2023. Portal Catarinas, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/elas-nos-inspiraram-em-2023/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Primeira ‘Marsha’ Trans Nacional tem como madrinhas Erika Hilton e Duda Salabert. Portal Catarinas, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/primeira-marsha-trans-nacional-tem-como-madrinhas-erika-hilton-e-duda-salabert/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Erika Hilton é relatora do PL do casamento homoafetivo na Comissão de Direitos Humanos. Portal Catarinas, 17 ago. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/erika-hilton-e-relatora-do-pl-do-casamento-homoafetivo-na-comissao-de-direitos-humanos/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Redação. Elas nos inspiraram em 2024. Portal Catarinas, 20 dez. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/elas-nos-inspiraram-em-2024/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Ribeiro, Kelly. “Nós existimos e somos importantes”, enfatiza Keila Simpson, presidenta da Antra. Portal Catarinas, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/nos-existimos-e-somos-importantes-enfatiza-keila-simpson-presidenta-da-antra/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Ribeiro, Kelly. Cresce mobilização contra projeto que criminaliza aborto legal. Portal Catarinas, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/cresce-mobilizacao-contraprojeto-que-criminaliza-aborto-legal/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Ribeiro, Kelly. Criança não é mãe: campanha avança no Congresso pelo fim da maternidade infantil. Portal Catarinas, 29 maio 2025. Disponível em: <https://catarinas.info/crianca-nao-e-mae-campanha-avanca-no-congresso-pelo-fim-da-maternidade-infantil/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Santana, Jamile. “Gorda”, “porca”, “burra”: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral. AzMina, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-genero-eleicoes/> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Silva, Vitória Régia. Quantidade de pessoas trans eleitas em 2020 é quatro vezes maior que em 2016. Gênero e Número, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/trans-eleitas-em-2020/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Silva, Vitória Régia. Cirurgias do processo transexualizador caem 70% em 2020 e denúncias de “esvaziamento” na saúde revelam risco para população trans. *Gênero e Número*, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/saude-trans/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Silva, Vitória Régia. Pela primeira vez, Congresso terá bancada LGBTQIA+. *Gênero e Número*, 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/eleitos-lgbtqia/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Soares, Lia. Reféns do factual: quando a mídia vai pautar a urgência da segurança de pessoas trans e travestis? *Gênero e Número*, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/midia-seguranca-trans-e-travestis/> . Acesso em: 26 jul. 2025.

Sousa, Natália. “Não revolucionaremos o mundo se só as mulheres lutarem, se só os negros lutarem”. *AzMina*, 9 mar. 2023. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/erika-hilton-nao-revolucionaremos-o-mundo-se-so-as-mulheres-lutarem-se-so-os-negros-lutarem> . Acesso em: 23 jul. 2025.

Valenga, Daniela. Políticas do cuidado somam mais de 120 propostas no Congresso. *Portal Catarinas*, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://catarinas.info/politicas-do-cuidado-somam-mais-de-120-propostas-no-congresso/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Valenga, Daniela. Livro narra a realidade de pessoas trans no mercado de trabalho. *Portal Catarinas*, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://catarinas.info/livro-narra-a-realidade-de-pessoas-trans-no-mercado-de-trabalho/> . Acesso em: 25 jul. 2025.

Parlamentarias trans en el periodismo independiente: análisis de la cobertura en *AzMina*, *Catarinas* y *Gênero e Número*

RESUMEN. La elección de Erika Hilton (PSOL) y Duda Salabert (PDT) en 2022 para el cargo de diputadas federales representa un hito relevante en la política brasileña, considerando la histórica marginación de mujeres trans en el país. Entendemos el periodismo como un espacio de producción de conocimiento y el género, especialmente las transexualidades, como construcciones sociales. Investigamos contenidos periodísticos con perspectiva de género sobre las parlamentarias, publicados por tres medios periodísticos independientes: AzMina, Catarinas y Gênero e Número. El objetivo es mapear y discutir los temas asociados a Erika Hilton y Duda Salabert en estos medios. Utilizamos el Análisis de Contenido para examinar los textos en los que son protagonistas. El análisis resultó en tres categorías: *Representatividad y Participación Política de Grupos Minorizados*, *Disputas Legislativas y Agendas Políticas Identitarias*, y *Violencias Políticas y Discriminatorias*. La cobertura destaca a las parlamentarias en su labor legislativa, con énfasis en temas de Derechos Humanos y representatividad.

PALABRAS-CLAVE: Estudios de género. Medios independientes, Parlamentarios trans.

Geovane PEREIRA DA SILVA, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM/UFC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor/UFC) e do Núcleo Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC/UFPI). Interesse pelos estudos sobre mídia e suas interfaces sociais, principalmente em questões de gênero, raça e sexualidade que envolvam práticas ou produtos jornalísticos. Metodologias como Análise Crítica do Discurso (ACD), Análise de Conteúdo e Cartografia fazem parte do repertório do suportes para análises.

<https://orcid.org/0000-0002-9319-3635>

Edgard PATRÍCIO,
jornalista, professor do Curso de Jornalismo/Instituto de Cultura e Arte e do Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Ceará. Coordena o grupo de pesquisa PráxisJor - Práxis no Jornalismo (UFC). Coordena o Programa de Extensão Comunicação e Políticas Públicas. Pesquisas voltadas às transformações no Jornalismo, de forma ampla, e às iniciativas de jornalismo insurgente, de caráter mais específico.

<https://orcid.org/0000-0002-3130-8628>

Recebido em: 26/11/2025
Aprovado em: 16/02/2026